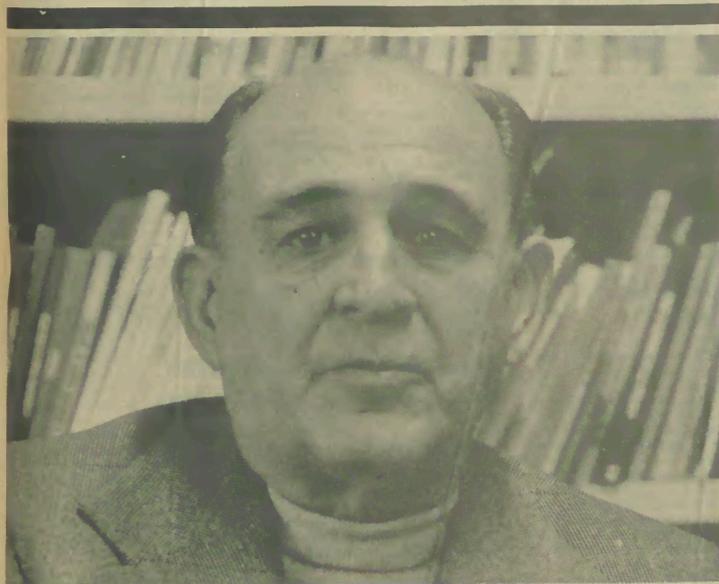


Há base de apoio para a alternativa!

A Concentração Nacional do Terreiro do Paço em Lisboa constituiu uma indesmentível demonstração de que o povo português está farto do Governo Soares/Mota Pinto, não suporta mais a situação que o Governo lhe está criando e não só reclama como exige a pronta demissão do Governo e a formação de um Governo que, com critérios democráticos e patrióticos, resolva os grandes problemas nacionais

Reportagem e fotos nas páginas centrais



MORREU PIRES JORGE

Uma vida de revolucionário dedicada à classe operária e ao seu Partido, ao Povo e à Pátria Pág. 2

REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL

CONCRETIZAM-SE CONDIÇÕES PARA A QUEDA DO GOVERNO

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma reunião plenária no dia 4 de Junho.

O Comité Central verificou que a evolução da situação económica, social e política nos últimos meses comprova dia-a-dia a correcção das análises feitas pelo PCP e, em particular, das conclusões da reunião do Comité Central realizada no dia 13 de Março.

De facto:

● **por um lado**, as condições de vida tornam-se insuportáveis, é apressado o processo de restauração dos monopólios e dos latifúndios que conduz a economia portuguesa ao desastre, e, a par da ofensiva contra os trabalhadores, contra o povo, contra as grandes conquistas da revolução, o Go-

verno passou a um ataque frontal ao regime democrático e deu novos e perigosos passos que comprometem gravemente a independência nacional;

● **por outro lado**, aumenta a indignação e a revolta popular, reforçam-se a unidade e a determinação dos trabalhadores e de vastíssimos sectores da população, **alarga-se a frente social e política que exige a demissão do Governo e está em condições de constituir a base de apoio de uma alternativa democrática.**

O Comité Central concluiu que se concretizam cada vez mais os factores objectivos e parte dos factores subjectivos para a queda do Governo e uma saída para a crise.

Lançada campanha de recrutamento de mais 10 000 novos membros do Partido até ao fim do ano

Nacional



Rios de gente. Foi o que nos pareceu, aí pelas quatro e meia da tarde de sábado, ao vermos convergir para o Terreiro do Paço os milhares de pessoas que o haviam de encher. Nem as ameaças veladas ou quase explícitas dos governantes, nem o silêncio — e há tantas formas de silêncio — que se fez na grande maioria dos órgãos de comunicação social, nem o mau tempo, nem o futebol na TV, impediram os trabalhadores portugueses, os democratas portugueses, de convergir nessa tarde para o local de concentração, ao apelo da CGTP Intersindical Nacional. É que tinham muitos e fortes motivos para irem lá.

País inteiro exigiu em Lisboa

«Isto ainda está a desaguar», comentava um activista sindical olhando em redor as clareiras e alongando a vista por cima das cabeças, para as entradas da vastíssima praça que, daí a meia hora, estava completamente ocupada por uma massa enorme de gente.

Nunca, em mês que o calendário assinala como início de Verão, o Terreiro do Paço albergou manifestação tão larga e combativa. A fé de quem as viu a todas depois de Abril. Mas não comparamos o que não é comparável. O que desta vez levou o País ao Terreiro foi a exigência da demissão deste Governo PS/PSD. O convencimento de que tal demissão não é apenas necessária mas possível mercê da força unida dos democratas.

Vimos essa exigência em centenas de faixas e simples cartazes. Palavras que eram de crítica à governação desastrosa da coligação no Poder. Mas que eram sobretudo a manifestação da necessidade de que uma nova política — com um novo Governo! — surja no País e reponha Abril.

De onde vieram tantos?

Vieram de todos os cantos do continente. A concentração, a bem dizer, iniciou-se na madrugada chuvosa de sábado, para muitos milhares de homens e de mulheres que vivem e trabalham longe da capital. Nos mais variados meios de transporte convergiram as suas vozes para o Terreiro do Paço. Que não foi só Lisboa e a margem sul a encher à cunha a praça. Tal como o confirmam elementos, certamente incompletos, recolhidos pela nossa reportagem.

Do Minho, por exemplo, contaram-se milhar e meio de manifestantes, segundo as informações recolhidas. Apesar dos custos dos transportes, da distância grande e de um largo sector do operariado da região trabalhar sábado — os têxteis — eram-se muitos autocarros que demandaram o sul. De Braga partiram 22, de Viana do Castelo 6.

Trás-os-Montes esteve presente com centenas de trabalhadores e democratas que partiram de Chaves, de Vila Real, de Bragança e de Miranda.

Do Porto, o total de excursões organizadas atingiu a centena, representando no conjunto seis milhares de pessoas. As excursões integraram-se em 7 caravanas que partiram de Valongo, Gaia, Matosinhos, da Avenida dos Aliados no Porto, da União dos Sindicatos, da Aroesa, da Ponte da Arrábida. As caravanas integravam ainda carrinhas dos sindicatos.

De Aveiro vieram a Lisboa 37 autocarros transportando cerca de dois milhares de trabalhadores e democratas. Aveiro, Ilhavo, Vagos, Espinho, Ovar, Estarreja, Murtoza, Águeda, Albergaria, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada organizaram as suas excursões. E também Vila da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeitões, Vale de Cambra, Arouca e Castelo de Paiva.

Do distrito de Coimbra veio um milhar de pessoas em 18 autocarros, iniciando-se a concentração na Praça da República e passando em caravana pelas principais ruas da cidade.

Centenas de pessoas vieram também de Viseu. Da Guarda, mais de uma centena — incluindo pessoas de vários concelhos (Guarda, Gouveias, Seia e Manteigas, na sua maioria operários de lanifícios). Do distrito de Castelo Branco, cerca de duas centenas de trabalhadores de vários concelhos.

Dos distritos mais próximos da capital, a contabilidade é diferente. De Santarém, por exemplo, muita gente optou pelo transporte próprio ou pelo comboio. No entanto, deste distrito, sabe-se que 34 autocarros, além de carrinhas, se dirigiram à concentração nacional, calculando-se em dois mil e quinhentos o número de participantes.

Mais de 1200 pessoas vieram do distrito de Leiria, em comboio especial e seis camionetas, havendo também aqui muitos que se deslocaram em carros.



E o Alentejo? A caravana do distrito de Portalegre trouxe 54 viaturas e cerca de três milhares de pessoas. De Évora, quatro mil pessoas em 130 autocarros. Mais de dois mil trabalhadores vieram de Beja em 52 transportes.

Finalmente, do Algarve vieram três centenas de participantes em comboio especial, apesar do custo elevado da viagem. Muitos outros chegaram também a Lisboa deslocando-se em outros meios de transporte.

O País em luta

Deixámos para o fim os distritos de Setúbal e de Lisboa. Porque é impossível calcular o número de participantes que foram das suas terras ao Terreiro do Paço. Os mais variados meios de transporte foram utilizados pelos trabalhadores do distrito de Setúbal. Desde

os muitos milhares que apenas tomaram os barcos que descarregavam gente no Terreiro do Paço, aos que foram de comboio até ao Barreiro e atravessaram o Tejo nos barcos que fazem a ligação ferroviária. Dos concelhos do sul vieram 27 camionetas. Notícia tivemos, por exemplo, de muitas centenas de pessoas que não conseguiram apanhar os comboios abarrotados ao chegarem a Alhos Vedros e à Baixa da Banheira e tiveram de socorrer-se de outros meios.

No distrito de Lisboa, dois comboios especiais partiram de Vila Franca de Xira, um comboio de Torres Vedras, duas camionetas de Alenquer, uma de Mafra, seis excursões de zonas rurais.

Na capital, todo o País esteve representado. Organizações sindicais do distrito estabeleceram pontos de encontro em Lisboa e desfilaram depois até ao Terreiro do Paço.

Do Largo de Camões vieram os bancários, dos Restauradores trabalhadores dos Seguros, Oeiras e Cascais reuniram-se no Cais do Sodré, na própria Praça do Comércio encontraram-se a Função Pública, os trabalhadores da Saúde, trabalhadores do sector público e da Informação, da Estação do Rossio vieram os da Amadora, Sintra, Torres Vedras, Mafra e Loures, no Rossio ainda concentraram-se a juventude, os Reformados, na Praça da Figueira também houve uma concentração de habitantes de Lisboa, em Santa Apolónia juntaram-se Vila Franca, Azambuja e Arruda.

Todos, aos milhares, «desaguaram» no Terreiro. Vieram do País inteiro, de um país inteiro em luta. Nos dias anteriores, em todos os distritos, plenos em empresas, concentrações, pinchagens, colagens de cartazes, distribuições de

tarjetas, haviam mobilizado a maior concentração nacional que ali se via. As estradas do país viram o rasto deixado pelas excursões dos que vieram a Lisboa dizer o seu protesto e também a sua esperança — a sua exigência! — de melhores dias.

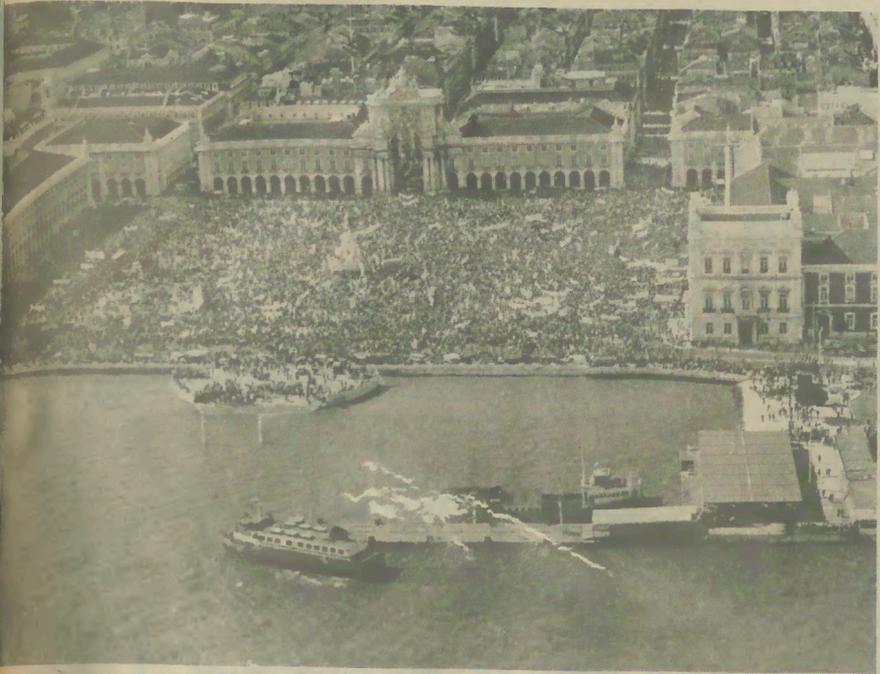
Vaiando o Primeiro-Ministro e a sua política, os governantes e a actuação antipopular e antinacional do executivo PS/PSD, os manifestantes não eram apenas membros da classe operária, a mais combativa e determinada em mudar o rumo das coisas. Muitos outros democratas, como provam as adesões de variadíssimas organizações, juntaram a sua voz ao grande clamor que exigiu a demissão do Governo.

«Está hoje claramente demonstrado», sublinhou no seu discurso Armando Teixeira da Silva, coordenadores da CGTP, «que existem condições, forças, apoio e determi-

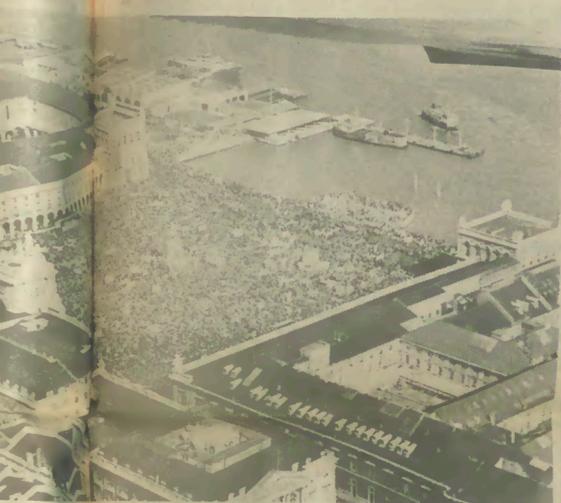
nação social para se concretizar uma verdadeira alternativa democrática e patriótica que defenda, consolide e prosiga as conquistas de Abril».

Tal frase poderia resumir o que a própria concentração nacional demonstrou. «Cumprir Abril» é, neste momento, a exigência fundamental dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas e patriotas», dizia por seu lado a moção lida pelo dirigente sindical de Setúbal, Constantino Alves, e aprovada por aclamação pelos muitos milhares de presentes. Uma moção que condena a política do Governo, que exige a anulação dos aumentos de preços de bens essenciais, a criação de um cabaz de compras e a retirada do projecto de aumento das rendas de casa, que exige outra política, que apela aos democratas e patriotas para que unam os seus esforços para uma alternativa que reponha Abril.





Uma nova política para Portugal



Trabalhadores

Luta abrange todos os sectores

Trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas: convocada greve para segunda e terça-feira da próxima semana/ **Instituições Privadas de Segurança Social:** mantém-se a greve marcada para a próxima sexta-feira/ **Tinco:** prossegue as paralisações até amanhã/ **MDF:** anunciada para hoje a concretização de 200 despedimentos

Assinalada pela grande manifestação de protesto popular no dia 2 em Lisboa, esta semana continua a registar movimentação sindical, acções e lutas significativas pelo pagamento dos salários e outras remunerações em atraso, contra a progressão do desemprego, pela revisão dos contratos e de outras convenções co-

lectivas de trabalho, pelo saneamento económico e financeiro de empresas viáveis votadas ao abandono por este Governo.

Entre as formas de luta previstas para os próximos dias destacam-se as convocadas pelos representantes sindicais dos trabalhadores da **Tinco**, dos **aduanheiros**

em despachantes e em empresas, das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) dos enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda e da EPAL.

A contratação colectiva, e os salários atrasados e a ameaça de despedimentos figuram à cabeça das rei-

nas instalações de Lisboa/ **Sindicato dos Construtores Cívicos** — dias 9 e 10 do corrente: 1.º Encontro Nacional/ **Contra pacote anti-autárquico:** acções previstas para hoje/ **1.º Congresso dos Sindicatos Ferroviários (FSF)** começa amanhã. /**Segurança Social (Caixas não integradas):** paralisação prevista para dia 11/ **Amanhã: vigília em Portel**

vindicações dos assalariados e das organizações representativas, que recorrem à greve, a paralisações e outras formas de luta por verem esgotados os outros meios de fazer valer as suas propostas e chegar a acordo através de negociações.

Mas é nestas últimas que os sindicatos e as outras organizações representativas continuam a insistir, marcando inclusivamente as datas das acções de luta com o tempo mais que suficiente para que o diálogo seja retomado da parte do patronato, administração, conselhos de gerência e outros responsáveis, sem

esquecer organismos governamentais, como os que dependem do Ministério do Trabalho particularmente visado na demora e mesmo em formas de boicote e congelamento dos processos de contratação colectiva perante a carestia insuportável decretada pelo Governo PS/PSD.

Sepulcros caídos

O mais que duvidoso «plano de emergência para a região de Setúbal», como pomposamente o Governo intitula esta sua atitude demagógica, não passa de outra caiadela no cemitério em que esta política pretende transformar o País. A direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, sublinhando que «não é com esmolas nem com a sopa dos pobres que se resolvem os problemas dos trabalhadores», recorda que «só no sector da metalurgia existiam no princípio do mês de Maio mais de 25 mil trabalhadores em 22 empresas com salários em atraso, atingindo o montante da dívida do patronato mais de um milhão e 640 mil contos». Protestando junto da opinião pública e dos órgãos de soberania contra a demagogia do «plano», o Sindicato reafirma que «se o Governo estivesse interessado em resolver o escândalo dos salários em atraso, não teria inviabilizado na Assembleia da República o projecto de lei 14/III e que, «se estivesse interessado em resolver os problemas dos trabalhadores do distrito de Setúbal, há muito que teria posto em prática as medidas de viabilização apresentadas pelos trabalhadores às administrações e ao Governo». A demagogia do Governo o Sindicato opõe a luta, e lembra que aquela atitude do «plano» coincide com o escandaloso aumento dos preços de produtos e serviços de primeira necessidade.

«Situação escandalosa e única na Europa»

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), que acaba de aceitar a queixa apresentada pela CGTP-IN sobre salários em atraso no nosso país, vai discutir esse assunto. A OIT nomeou para o efeito uma comissão de inquérito. Sexta-feira passada, a Central informava, referindo-se àquela decisão, que, «segundo elementos da própria OIT», os salários em atraso são considerados na perspectiva de «uma situação escandalosa e única na Europa».

A culpa é do dólar?

A propósito dos «resultados desastrosos da liberalização dos preços e das importações dos cereais, das raminas de açúcar e das oleaginosas», a Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços responsabiliza o Governo pelos 30,9 por cento de inflação, actualmente existentes, e recusa o falso argumento da alta do dólar. «Nos últimos anos» afirma a FSPCES, «sempre o dólar se tem valorizado e nunca a inflação atingiu tais valores em Portugal.» Nos últimos doze meses, acrescenta a Federação (lembrando que esse é exactamente o período de vigência do Governo PS/PSD) «o novo factor residiu na cega política de liberalizar os preços, liberalizar os circuitos de distribuição, liberalizar as importações de matérias de primeira necessidade, retirando o seu controlo das empresas públicas (os casos da EPAC, da AGA e do IAPO) e entregando-o a multinacionais».

Repúdio pelos atentados

O atentado terrorista que vitimou em 29 de Maio um ex-administrador da Gelmar foi vivamente repudiado pelas organizações sindicais representativas. A CGTP-IN condenou energeticamente o assassinio no próprio dia em que ocorreu. Posições idênticas tomaram também a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do distrito de Lisboa. «A CGTP-IN alerta a opinião pública para o facto de este acto criminoso ocorrer numa altura em que se verifica uma forte adesão popular à concentração nacional» do dia 2, no Terreiro do Paço. A Central «salienta mais uma vez o contraste do comportamento do Governo, que se mostra pronto a mandar intervir a polícia contra os trabalhadores, quando estes, no exercício dos seus direitos, promovem a defesa dos seus interesses, e a ineficácia e inconsequência das acções no combate ao terrorismo». A CGTP-IN recorda o «recente assassinato do trabalhador bancário e membro da União dos Sindicatos de Faro», que «revela bem ao serviço de que interesses actuam os "FP-25", cujos «verdadeiros objectivos» são «totalmente coincidentes com aqueles que procuram criar condições para abafar os justos protestos dos trabalhadores e limitar o exercício dos seus direitos constitucionais».

Com o título «Tomem-se medidas para combater actos terroristas e não para reprimir os trabalhadores sob aquele pretexto», a CGTP-IN repudiava novamente, na sexta-feira, «mais um atentado criminoso das auto-denominadas "FP-25", desta vez o que ia vitimando mortalmente», na tarde daquele dia, um industrial da Marinha Grande. «A CGTP-IN, reafirmando o seu enérgico repúdio pelo terrorismo organizado das "FP-25", exige do Governo a aplicação de medidas eficientes com vista a prevenir e combater tais acções, para o que basta cumprir as leis e utilizar democraticamente os meios que existem.» Este segundo atentado terrorista, no espaço de uma semana, foi repudiado, entre outras organizações, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira da Marinha Grande.

Congresso dos Ferroviários

Com 202 delegados eleitos nos locais de trabalho por todo o País, reúne-se, amanhã e no sábado, o 1.º Congresso dos Sindicatos Ferroviários. Filiadas na respectiva Federação (FSF), as três associações sindicais do sector (Norte, Centro e Sul) reúnem-se em Lisboa, no auditório do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços, na Rua Almirante Barroso, n.º 3. O Congresso, representando 70 por cento dos 23 mil trabalhadores da CP, elegerá o Conselho Nacional da Federação e aprovará um programa de acção. Entre as organizações convidadas conta-se com a presença já confirmada de organizações sindicais de ferroviários da França, Espanha e Bélgica. A FSF é filiada na CGTP-IN.

TÊXTEL

Amostra do descabro económico e social

Uma amostra nítida do que vale esta política e do Governo que a segue foi evidenciada e fortemente repudiada pelos trabalhadores do sector têxtil durante uma semana de luta e sensibilização.

Uma série de iniciativas sindicais no Norte e no Centro do País encerrou no sábado com a concentração no Terreiro do Paço, em Lisboa, uma semana de luta e sensibilização no sector têxtil onde são perto de 30 mil os trabalhadores que não recebem salários. Na área do Porto foram encerradas onze empresas nos últimos meses. Afirma o Sindicato do distrito que os despedidos desta leva são 400 e que mais 500 trabalhadores, sobretudo mulheres, têm os seus empregos ameaçados. A nível do País, segundo a Federação do sector, é de 11 mil o total dos despedidos em 1983. Se não houver medidas adequadas, mais 15 mil ficarão sem trabalho. Um milhão e meio de contos é o total dos salários em dívida, e sobe a mais de 60 mil o número dos contratos a prazo.

As zonas industriais mais afectadas pelos salários atrasados, o desemprego e a ruína das empresas dos têxteis, vestuário e outros subsectores ficaram nos distritos do Porto, Aveiro, Braga e Castelo Branco. Só na área coberta pelo Sindicato Têxtil do Porto e apenas em 18 empresas o montante da dívida salarial é superior a 638 mil contos e são quase cinco mil os trabalhadores que não recebem salários.

Como se esperava, foi boa a participação na semana de luta. Foram distribuídos documentos à população, organizaram-se meetings, concen-

trações e paralisações, delegações de trabalhadores contactaram com órgãos do poder local, houve marchas e vigílias de protesto. No Governo Civil do Porto, depois de uma concentração, sexta-feira passada na Avenida da Liberdade, foi entregue um documento aprovado pelos trabalhadores, activistas e dirigentes sindicais, juntamente com um dossier sobre a situação de descabro económico e social dos têxteis no nosso país.

Entre as empresas mais afectadas contam-se actualmente a CIFA (1700 sem salários, há 15 meses, no total de 446 mil contos), a Fábrica de Malhas Mondego, Malhas do

Ameal, Wandenschneider, J. Eugénio de Faria, Malhas Carpélio, M. Monteiro Costa, Povelá, Povotex, Malhas VIP, Malhas Marão, Santos LIMA, Pereira & Pereira, Malhas Alegria, Fábrica de Veludos Agualongo, Reeves Portuguesa, Moraes & Marques, FIL.

Estas empresas, exceptuando seis com 50 ou mais, empregam cada uma 100 ou mais trabalhadores. A Mondego tem 970, a Ameal 500, a FIL 585, a Monteiro Costa 300, a Pereira & Pereira 200 e assim por diante.

Os sindicatos do sector reclamam há anos medidas práticas e adequadas à situação. Com este Governo, apesar de

as formas de luta, incluindo a jornada da semana que passou, se dirigem para a negociação e o diálogo (insistência nomeadamente junto da Secretaria de Estado do Emprego e do Ministério do Trabalho) a degradação tem-se agravado de dia para dia. As dívidas de salários, ao desemprego e à instabilidade junta-se, por vezes de forma violenta, a repressão contra dirigentes, delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e outros elementos do pessoal, sobretudo feminino, atingidos em direitos elementares. A contínua disposição de luta é reafirmada pelos sindicatos do sector.



Das oficinas às fábricas, no têxtil, vestuário e similares, onde são praticadas as tabelas salariais mais baixas de toda a indústria transformadora em Portugal, nem mesmo os baixos salários são pagos a quem trabalha. A dívida do patronato nesse campo ascende a milhão e meio de contos — dinheiro que «não serve senão para aumentar as fortunas pessoais e ser colocado em bancos estrangeiros», sublinham os Sindicatos e a Federação sindical (Foto de arquivo)

Poder local

Jornada de luta contra pacote antiautárquico

• Hoje manifestação em Lisboa e concentração no Porto e em Évora

É hoje, quinta-feira, que se realiza junto à Assembleia da República a anunciada concentração — antecedida de manifestações com início às 18 e 30 na Praça Marquês de Pombal — contra o pacote anti-autárquico do Governo, convocada no dia 29 de Maio, em Lisboa, por um plenário de activistas sindicais representativos dos sectores mais imediatamente atingidos: Administração Local, Transportes, Função Pública, Ensino e Saúde.

O pacote — um conjunto de cinco decretos-leis aprovados pela maioria governamental, que atinge os próprios fundamentos do Poder Local instituído e vem ainda afectar outros domínios também essenciais que são traves e expressão do nosso Estado democrático — estará simultaneamente em discussão na AR, por ratificação requerida pelo PCP. O nosso grupo parlamentar apresenta, aliás, um longo conjunto de propostas de alteração que mais não visam que fazer respeitar os preceitos constitucionais, a autonomia do Poder Local, a sua democraticidade e a capacidade para actuar em defesa das populações que são a sua própria essência.

Na moção aprovada no plenário, convocatória desta concentração, enumeram-se as consequências da aplicação do pacote, tal como foi apresentado e aprovado: — **Para os trabalhadores,** serão milhares de despedimen-

tos, a extinção de milhares de postos de trabalho; — **Para as populações,** a degradação no geral dos serviços prestados, e nomeadamente do ensino e da saúde; a limitação do acesso à escola; o aumento dos preços dos transportes; — **Para o país,** será o desmantelamento de empresas nacionalizadas (RN, CP, EDP), novas dificuldades para as pequenas e médias empresas, sobrecarregadas com um novo imposto — e este, agora, «aplicado» pelas autarquias, que assim passam por responsáveis por uma determinação governamental de que são tão vítimas quanto os próprios atingidos. Aliás, sublinha ainda a moção, com estas e outras medidas pretende o Governo «desprestigar aos olhos da opinião pública o Poder Local de Abril atribuindo-lhe responsabilidades sem a respectiva contrapartida financeira, transformando as autarquias em

gestores administrativos do poder político do actual Governo». E, assim, a redução do número de eleitos nas Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia, «reafirmando o carácter popular e participativo e a capacidade de realização das populações para a resolução dos problemas dos concelhos e do país».

O plenário destes activistas sindicais de Lisboa destaca naturalmente a ligação deste pacote anti-autárquico com outras das mais gravosas medidas e acções deste Governo — o seu enfeudamento ao imperialismo e ao FMI, os aumentos de preços, a repressão praticada e legislada com que pretende amordarçar os trabalhadores — uma ofensiva autoritária «como se em democracia não tivéssemos a viver».

Pelo que, «a luta é o caminho».

Paralisações em vários distritos

À semelhança dos de Lisboa, outros activistas sindicais e nomeadamente de secções locais do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local promoveram encontros para discutir a continuação da luta contra este pacote legislativo. De reuniões realizadas no

Porto, Viana do Castelo, Bragança, Coimbra, Beja e Faro acabariam por resultar, também para o dia hoje, duas outras grandes acções: uma concentração no **Porto**, na Praça da Batalha, às 18 horas, e uma concentração em **Évora**, no largo fronteiro ao Governo Civil.

A fim de permitir a participação de trabalhadores de outras

Juventude



Ação estudantil em Viseu

«Provas globais não!», «Os alunos unidos jamais serão vencidos», «a luta continua, Seabra para a rua!» — mais de um milhar de alunos desfilaram, gritando estas palavras de ordem, pelas ruas de Viseu no passado dia 28, na sequência da paralisação geral efectuada pelos alunos da Escola Secundária Alves Martins, naquela cidade. Esta acção estudantil, que constituiu uma grande jornada de luta e protesto contra a política do Ministério da Educação e do ministro Seabra, foi promovida pela Associação de Estudantes do referido estabelecimento de ensino, que registou uma paralisação de mais de 80 por cento.

PCP

Célula da Heska

No quadro da preparação da Assembleia da ORL, realiza-se na tarde da próxima segunda-feira um plenário dos trabalhadores comunistas da Heska Portuguesa — Amadora, a tipografia onde se imprime o nosso jornal.

Lisboa: reunião distrital sobre questões da Saúde

No CT Vitória, na Avenida da Liberdade, vai realizar-se no próximo sábado (dia 9) uma reunião distrital de quadros do Partido ligados às questões da Saúde. Marcada para as 15 horas e prevendo-se o seu encerramento às 20, esta reunião destina-se a camaradas do sector da Saúde da ORL, das células da Saúde nos concelhos, a responsáveis pelos pelouros da Saúde nas autarquias e sindicais e a todos os que estejam ligados no Poder Local a esta área. Na ordem de trabalhos figuram apenas dois pontos: 1. análise da situação da Saúde; serviços de Saúde do distrito e perspectivas; 2. a implantação e influência do Partido no Sector da Saúde no distrito de Lisboa.

Concelhia de Lamego

Com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, decorrerá no próximo dia 17 a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Lamego. O início dos trabalhos está previsto para as 9 e 30.

Concurso de pesca na Barragem de Magos

«Aberto a todos os praticantes de pesca desportiva», com «prémios para os melhores classificados», realiza-se já no próximo domingo, dia 10, um concurso de pesca individual na Barragem de Magos, iniciativa da Concelhia de Salvaterra do PCP. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho do Partido na localidade até ao próximo sábado. A concentração para a prova efectuar-se-á às 6 e 30, iniciando-se cerca das 8 horas. Preço da inscrição com direito ao almoço 350\$00 (sem almoço: 100\$00). Informa a organização que está «em disputa uma taça de prata a ganhar em três vitórias consecutivas ou cinco alternadas». E agora boa pescaria... e atenção aos barbos, carpas, tainhas, pimpões, lírios, bogas, bordalos, bojons, percas e peixe-rei!



